

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 25.08.2010

1  
2  
3 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, as 8h30minutos, no salão Nobre  
4 do prédio da Reitoria, reuniu-se ordinariamente o conselho Universitário, sob a presidência da Vice-  
5 Reitora Gioconda Santos e Souza Martínez, a qual deu início a reunião pedindo que a Secretária dos  
6 Conselhos Superiores fizesse a leitura dos trabalhos do dia: **1º Item:** Posse de novos conselheiros;  
7 **2º Item:** Referendar a Resolução nº 021/2010-GR que autorizou *ad referendum* o afastamento do  
8 Magnífico Reitor da UFRR / viagem ao Peru. (Relatoria: Sr. Manoel Júnior); **3º Item:** Apreciação  
9 do processo nº 23129.001052/2010-32 que trata do Projeto Pedagógico Institucional. (Relatoria:  
10 prof. Stélio Tavares); **4º Item:** Apreciação do processo nº 23129.002974/2009-23 que trata da  
11 Reformulação do Regimento do Conselho Universitário. (Relatoria: prof. Stélio Tavares); **5º Item:**  
12 Referendar a Resolução nº 011/2010-GR que aprovou *ad referendum* a criação do Curso de  
13 Administração Pública a distância. (Relatoria prof. Carlos Vicente); **6º Item:** Referendar a  
14 Resolução nº 012/2010-GR que aprovou *ad referendum* a criação do Curso de Licenciatura em  
15 Informática a distância. (Relatoria: prof. Roberto Câmara); **7º Item:** Referendar a Resolução nº  
16 013/2010-GR que aprovou *ad referendum* a criação do Curso de Licenciatura em Matemática a  
17 distância. (Relatoria: prof. Alberto Martínez); **8º item:** Referendar a Resolução nº 014/2010-GR  
18 que aprovou *ad referendum* a criação do Curso de Licenciatura em Física a distância. (Relatoria:  
19 prof. Roberto Câmara). Em seguida, como não houve alteração, inversão ou retirada de nenhum dos  
20 pontos da pauta, a Presidente iniciou a reunião passando ao **1º Item:** tomaram posse os seguintes  
21 conselheiros: representantes discentes do Centro de Estudos da Biodiversidade: Muara Santana da  
22 Silva (titular) e Mário Duarte Brito (suplente); representantes discentes do Centro de Ciências  
23 Humanas: Gustavo Hugo Sousa de Andrade (titular) e Tehany Barros Lima (suplente);  
24 representantes discentes do Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas: Erineide Faustino de  
25 Lima (titular) e Márcia Vieira Lima (suplente); representantes discentes do Instituto de Geociências:  
26 Raisal Fagundes de Figueiredo (titular) e André Guimarães Santos (suplente); representantes  
27 docentes do Centro de Ciências da Saúde: profa. Maria Lúcia Magalhães Palma (titular) e prof.  
28 Júlio César Ferraro Rocha (suplente); representantes discentes do Centro de Educação: Robert  
29 Carvalho de Vasconcelos (titular) e Gabriela Santana da Cruz (suplente); representantes discentes  
30 do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena: Edilce Pereira de Oliveira (titular) e  
31 Jocimilde Barbosa de Souza (suplente). Dando continuidade, seguimos para o **2º item** da pauta: o  
32 relator conselheiro Manoel Júnior explicou os motivos da viagem do Magnífico Reitor ao Peru; e  
33 como não houve tempo suficiente para convocar o Conselho Universitário para análise da  
34 autorização do Reitor e visando agilizar os trâmites da emissão de diárias e passagens, no sentido  
35 de que esses não fossem caracterizados pedidos intempestivos, foi emitida a Resolução nº  
36 021/2010-GR que autorizou *ad referendum* esse afastamento. Após as colocações, a Presidente  
37 decretou regime de votação, tendo sido esse item referendado com 31 (trinta e um) votos. No **3º**  
38 **item:** o relator fez uma leitura do seu parecer apontando pequenas alterações e complementações. A  
39 conselheira Sandra Buenafuente estava bastante atenta com relação à questão estrutural do projeto.  
40 Disse que o histórico teria que vir depois da introdução; que o sumário teria que obedecer a  
41 paginação; que alguns itens não estavam condizentes. Que a bibliografia e o grupo consultivo  
42 deveriam constituir como um anexo; recomendou que ao invés de dois parágrafos longo e em bloco,  
43 a introdução, pela boa regra da escrita, tivesse três parágrafos uniformes. Comentou que na página  
44 81, item 84, subitem 8.4.1 que trata da política de acesso e permanência: “garantir o acesso sem  
45 discriminação de raça, sexo, gênero, orientação sexual, idioma, religião, cultura, perfil socio-  
46 econômico e necessidade educacional específica”. Questionou se um estrangeiro que não saiba nada  
47 de Português e tendo todos os direitos e condições de acesso à instituição não pelos cursos de  
48 graduação, se esse terá seu acesso garantido. Se haverá um tradutor para ajudar esse aluno. Se  
49 haverá instrumento de Braille para esse aluno portador dessa necessidade, inclusive no processo do  
50 vestibular. Em resposta à conselheira Sandra Buenafuente, a presidente disse que são realmente

51 questões pertinentes e interessantes. Que se trata de uma proposta já aprovada no Conselho de  
52 Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e que não foi atentado para essas questões. Que estando no  
53 Projeto Pedagógico Institucional - PPI o PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional  
54 contemplará esses questionamentos; serão tratados assuntos de ordem operacional no PDI, bem  
55 como o estabelecimento de metas na medida do possível. A profa. Ednalva Duarte lembrou que o  
56 PPI é aquilo que se quer; que se pretende; a utopia; os sonhos; o ideal. E o PDI é como fazer;  
57 transformar em realidade; é o executar. O prof. Sebastião Monteiro falou da necessidade  
58 inicialmente de se ter pelo menos um professor de Libras por Centro didático; que se deve pensar na  
59 questão de vagas para contratação de professor de Libras. O prof. Alberto Martínez sugeriu que no  
60 item 8.4.1 fosse substituído o termo “eventuais discriminações” por “garantir o acesso sem  
61 discriminação”. Que é muito complicado essa questão de listar toda e cada uma das questões que  
62 podem levar a uma eventual discriminação. O prof. Frank James sugeriu que fosse acrescentado ao  
63 item 8.4.1 “...ou de qualquer outra natureza...”. A profa. Ednalva Duarte esclareceu que à medida  
64 em que for sendo efetivada o cumprimento da legislação, será pensado o aumento de vagas para a  
65 área de Libras. Informou que o Núcleo de Acessibilidade Construir faz um trabalho contínuo. O  
66 relator disse que a qualidade do debate dos pontos levantados nesse item se deve em parte à  
67 metodologia de trabalho que foi implementada para a construção da documentação desse PPI. Que  
68 como houve a participação coletiva ao longo de todo esse tempo, isso permitiu uma análise de  
69 qualidade deste Conselho. Falou do destaque que deve ser dado ao grupo consultivo, conforme  
70 sugerido pelo conselheira Sandra. Acrescentou que acataria todas as mudanças sugeridas pela  
71 conselheira Sandra Buenafuente, tais como: posicionamento do histórico; paginação do sumário;  
72 correspondência dos títulos e subtítulos; mudança do termo “referências” para “bibliografia”.  
73 Acatou pela substituição do histórico constante no projeto, pelo histórico apresentado pelo  
74 conselheiro Frank James. No item 8.2, subitem 8.2.2, disse que acata o acréscimo do termo  
75 científico “...visando o desenvolvimento científico, cultural...articulação com ensino e extensão”;;  
76 conforme sugestão do conselheiro Pablo Amézaga. No item 8.4: para uma política de acesso e  
77 permanência. O relator propôs a alteração do subitem 8.4.1 para: “proporcionar o acesso sem  
78 discriminação de raça, sexo, gênero, orientação sexual, idioma, religião, cultura, perfil socio-  
79 econômico, necessidade educacional específica ou de qualquer outra natureza”. No subitem 8.4.3  
80 acrescentou o termo; “...acompanhar os motivos da desistência”; conforme sugerido pelo  
81 conselheiro Frank James. Falou que esse PPI será o documento que os cursos irão se balizar para  
82 construção de seus Projetos Políticos Pedagógicos. Que a instituição passa pela revisão desses  
83 projetos ou até por criações de alguns. Ressaltou que o tempo de duração desse projeto deve ser de  
84 médio a longo prazo. O conselheiro Manoel Gomes disse que houve a indagação de uma professora  
85 no momento em que fazia-se o Pré-CUni no CCLA; onde foi cogitado que se o PPI é parte  
86 integrante do PDI, esse já define uma data para duração do projeto. A profa. Lucianne Vilarinho  
87 disse que no seu entendimento estaria havendo uma confusão entre “acesso” e “permanência”.  
88 Explicou que o acesso é o ingresso do aluno dentro da universidade. Neste sentido, sugeriu q  
89 seguinte redação para o subitem 8.4.1: “proporcionar meios de permanência coibindo a  
90 discriminação de qualquer natureza”. Justificou que é exatamente na permanência desses alunos  
91 depois de ingressarem na instituição, que sofrem o preconceito. No subitem 8.5.1, o prof. Marcos  
92 Braga disse que como um documento norteador como diretrizes que é; seria importante avaliar  
93 sistemática e reflexivamente o cumprimento das diretrizes esboçadas no presente projeto  
94 pedagógico institucional; de forma participativa ouvindo a comunidade acadêmica e a sociedade em  
95 geral; que quando se fala em comunidade é importante esboçar os três segmentos: discente, docente  
96 e técnico. A Presidente aproveitou para agradecer ao grupo consultivo composto pelos professores:  
97 Marcos Braga, Stélio Tavares e demais elencados no projeto. Agradeceu a contribuição do prof.  
98 Fábio Wankler enquanto relator da matéria no CEPE. Aos colaboradores: prof. Manoel Gomes; os  
99 Pró-reitores e a Comissão de Planejamento: profa. Eliane Castro e a técnica-administrativa Edna  
100 Magalhães. Após as considerações, a Presidente decretou regime de votação, tendo sido o 3º item

101 aprovado por unanimidade. **4º item:** foi pedido vistas pela conselheira Sandra Buenafuente,  
102 devendo a matéria ser apreciada na próxima reunião do CUni. **5º item:** o prof. Carlos Vicente,  
103 relator deste ponto, iniciou fazendo um contexto histórico do porque desse Curso de Administração  
104 Pública está sendo colocado para a UFRR. Disse que no Estado de Roraima o setor público é  
105 basicamente a matriz econômica do Estado. Que esse Curso de Administração Pública visa  
106 capacitar no seu primeiro vestibular cerca de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas no Estado de  
107 Roraima. Explicou que o Administrador Público não visará o lucro econômico; que o maior lucro  
108 que esse buscará é o lucro social. Falou também da matriz curricular do curso, que é uma matriz  
109 extremamente crítica e técnica. Que a ideia é dar uma visão ampla para o egresso do curso. Que o  
110 curso surgiu para ser interiorizado. Falou sobre um Ofício Circular emitido em 15/03/2010 pela  
111 CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o qual exigia que as  
112 propostas de cursos de graduação, seja Bacharelado ou Licenciatura, fossem feitas e encaminhadas  
113 até a data de 30/06/2010. Acrescentou que a aprovação do Projeto Político Pedagógico desse curso  
114 pelo CEPE se deu em 17/06/2010. Que pelo próprio processo burocrático dentro de UFRR, não  
115 haveria tempo suficiente para que esse curso fosse aprovado com antecedência pelo CUni e que  
116 consequentemente fossem encaminhadas as propostas à CAPES e à UAB em Brasília. Esclareceu  
117 que apesar do seu voto ser pela aprovação do *ad referendum*, sabe que é muito complicada essa  
118 questão de aprovação de curso via *ad referendum*. Não havendo inscritos, a Presidente submeteu o  
119 5º item à aprovação, obtendo-se os seguintes votos: 21(vinte e um) favoráveis, 0 (zero) contrário, 01  
120 (uma) abstenção com declaração de voto de abstenção, proveniente da representação da Direção do  
121 CCH. Passando ao **6º item:** o prof. Roberto Câmara iniciou dizendo que este curso é inédito no  
122 Estado de Roraima e no Brasil. Que é um curso que está muito bem padronizado; voltado ao ensino;  
123 que todas as sugestões feitas pela Câmara de Ensino foram acatadas. A profa. Ana Lúcia disse que a  
124 questão da educação a distância precisa ser mais discutida, bem como o rumo que essa modalidade  
125 está tomando no país. Que o posicionamento do CCH é contra a formação de professores na  
126 modalidade a distância. Considera a formação inicial do professor fundamental; básica. Que a  
127 educação básica neste país está extremamente precária. Que a Universidade precisa assumir seu  
128 papel no sentido de intervir nesse processo, visando melhorar a qualidade dessa educação.  
129 Entretanto entende que não é formando a distância que isso será possível. Considera até que as  
130 novas tecnologias sejam fundamentais nesse processo de formação do professor e dos profissionais  
131 de qualquer ramo; que devem e podem sim ser utilizadas. Enfatizou dizendo que o posicionamento  
132 do CCH é contra a formação de professores a distância e consequentemente contra a aprovação dos  
133 *ad referendum*: Licenciatura em Informática, Física e Matemática. O conselheiro Manoel Júnior  
134 intercedeu dizendo que ainda existe muito no país a questão do preconceito com os cursos a  
135 distância. Que se trata de uma ação relativamente nova e que tem se espalhado em todo país.  
136 Acrescentou dizendo que é uma ação interessante e importante, com excelente nível de  
137 conhecimento, sendo uma ação válida especialmente para aquelas pessoas que não têm condições  
138 de fazer um curso presencial. O relator disse que defendeu a criação desse curso no seu  
139 departamento, pois se não tiver quem promova, aparecerão outras universidades promovendo. Disse  
140 que da sua parte assegura a qualidade do ensino desse curso. O prof. Frank James se mostrou  
141 favorável a aprovação dos cursos na modalidade a distância. Citou a realidade que se impõe e que  
142 apesar das dificuldades apresentadas, esses cursos sejam grandes aliados no sentido de diminuir a  
143 questão da evasão dos alunos. O prof. Pablo Amézaga também mostrou-se favorável à aprovação  
144 desses cursos. O prof. Marcos Braga concordou com o que foi dito pela conselheira Sandra  
145 Buenafuente, no sentido que o papel da Universidade seja o de ofertar, porém com  
146 responsabilidade; e não o de entrar na ideologia da massificação. Que ofertar com responsabilidade  
147 significa atender as demandas locais do ponto de vista de pensar a inclusão e como isso está sendo  
148 oportunizado, bem como os resultados; os ganhos políticos e sociais. Em suas considerações finais  
149 o relator disse que todas as informações que são disponibilizadas na internet ficam armazenadas em  
150 um banco de dados. Explicou que em cada pólo haverá um “servido” - computador onde todas as

151 tarefas vão para o servidor e durante a madrugada serão puxadas para o servidor central; modelo  
152 esse usado pelo Rio de Janeiro devida as necessidades com o uso de internet. Não havendo outros  
153 inscritos a Presidente decretou regime de votação, tendo o 6º item obtido os seguintes votos: 23  
154 (vinte e três) favoráveis, 01 (um) contrário e 01 (uma) abstenção. Prosseguindo a reunião, com  
155 relação ao **7º item**: o relator, prof. Alberto Martínez começou o seu relato falando que quando  
156 iniciou o assunto de educação a distância, teve um sentimento inicial de rejeição; pelo fato de ainda  
157 não conhecer, não entender a metodologia e os recursos. No seu ponto de vista a Universidade está  
158 cumprindo seu papel ao oferecer o ensino a distância. Que no curso de Matemática existem 156  
159 (cento e cinquenta e seis) professores licenciados no Estado e uma demanda de formação de 928  
160 (novecentos e vinte e oito) professores. Que esse curso a distância responde a uma necessidade  
161 social, tendo contribuído para a elevação da qualidade do ensino no Estado. Acha que a educação a  
162 distância também contribui na luta contra um tipo de discriminação que corresponde à distância que  
163 as pessoas moram do centro. Que qualquer ensino pode ou não ser de qualidade, independente desse  
164 ser ou não presencial. Concluiu dizendo que o projeto em análise passou por todos os estágios,  
165 sendo amplamente debatido no CEPE, bem como na Câmara de Ensino. A profa. Sandra  
166 Buenafuente mostrou certa inquietação ao falar sobre a questão da “incontinência verbal”. Que  
167 apesar de tudo existem coisas que precisam ser realmente ditas. Que se deve respeitar o  
168 comportamento de cada um e deixar de lado a questão da ironia. Que tem de prevalecer um sentido  
169 equânime de postura das obrigações e do que está sendo feito. O conselheiro Manoel Gomes disse  
170 que na verdade o que está sendo discutido não é apenas uma questão do curso a distância na  
171 Universidade. Que se pode verificar inicialmente três problemas: o primeiro seria a questão  
172 sistêmica da educação; o segundo seria a infra-estrutura e o terceiro a questão do hábito cultural das  
173 pessoas. Que não se precisa citar a educação a distância como exemplo, para que se verifique que  
174 as pessoas muitas vezes deixam de fazer alguma coisa que não é paga por outra que é paga.  
175 Concluiu falando também acerca da prática da alteridade. Após as considerações finais do relator, a  
176 Presidente decretou regime de votação para, tendo o 7º item obtido: 24 (vinte e quatro) votos  
177 favoráveis, 01 (um) contrário e 01 (uma) abstenção. Passando ao **último item** da pauta do dia, o  
178 relator Roberto Câmara falou que o processo que trata do Curso de Licenciatura em Física a  
179 distância obedeceu todos os trâmites necessários. Que foram acatadas todas as sugestões feitas pela  
180 Câmara de Ensino. Em seguida, não havendo inscrições para esse item, a Presidente pôs em regime  
181 de votação, pelo que registraram-se os seguintes votos: 22 (vinte e dois) favoráveis; 01 (um)  
182 contrário e 01 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de  
183 todos e deu por encerrada a reunião e eu, Bruna Carolina Silva Magalhães - Secretária dos  
184 Conselhos Superiores, contando com a colaboração do Sr. Otomar Conceição de Castro – estagiário  
185 dessa secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos  
186 demais membros presentes.

187 Profa. Gioconda Santos e Souza Martínez\_

188 Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior\_

189 Prof. Manoel Gomes dos Santos\_

190 Profa. Cátia Monteiro Wankler\_

191 Prof. Pablo Oscar Amézaga Acosta\_

192 Prof. Frank James Araújo Pinheiro\_

193 Prof. Alberto Martín Martínez Castañeda\_

194 Prof. Roberto Câmara de Araújo\_

195 Profa. Ana Lúcia de Sousa\_

196 Prof. Francisco Edson Gomes\_

197 Prof. Jefferson Fernandes do Nascimento\_

198 Profa. Sandra Maria Franco Buenafuente\_

199 Prof. Carlos Vicente Joaquim\_

200 Prof. Stélio Soares Tavares Júnior\_

- 201 Prof. Alexander Sibajev\_
- 202 Profa. Maria Lúcia Magalhães Palma\_
- 203 Profa. Nilza Pereira de Araújo\_
- 204 Prof. Sebastião Monteiro Oliveira\_
- 205 Profa. Lucianne Braga Vilarinho\_
- 206 Prof. Marcos Antonio Braga de Freitas\_
- 207 Téc.-Adm. Sr. Edney Veras dos Santos\_
- 208 Téc.-Adm. Sra. Maria das Dores Alves Teixeira\_
- 209 Téc.-Adm. Sr. Danilo Martins do Nascimento\_
- 210 Téc.-Adm. Sra. Maria das Graças F. Coelho\_
- 211 Discente- Sra. Muara Santana do Nascimento\_
- 212 Discente – Sr. Gustavo Hugo Sousa de Andrade\_
- 213 Discente – Sra. Erineide Faustino de Lima\_
- 214 Discente – Sra. Raisia Fagundes de Figueiredo\_
- 215 Discente – Sr. Robert Carvalho de Vasconcelos\_
- 216 Discente – Sra. Edilce Pereira de Oliveira\_
- 217 Sr. Otomar Conceição de Castro\_
- 218 Srta. Bruna Carolina Silva Magalhães\_